



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14369 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

DA GOVERNANÇA ESTATAL À PRIVATIZAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL: ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA (2013-2020)

Camila Grassi Mendes de Faria - UFPR - Universidade Federal do Paraná

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

DA GOVERNANÇA ESTATAL À PRIVATIZAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL: ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA (2013-2020)

Resumo

A pesquisa aqui sintetizada foi elaborada tomando como objeto de análise o Movimento Pela Base Nacional Comum (MPBNC), compreendendo-o enquanto uma rede de governança (BALL, 2018) atuante na política educacional brasileira desde sua criação, no ano de 2013. A análise do MPBNC permitiu a caracterização da racionalidade operante no modelo de governança presente na política educacional brasileira, assim como o mapeamento das atividades da rede em relação às demais redes que compõe sua comunidade política de governança estatal (BALL, 2018). O estudo atendeu a dois objetivos gerais, sendo o primeiro dirigido à análise do papel atribuído à rede na produção de valores, normas e técnicas que vêm compondo o atual modelo de governança da política educacional brasileira e o segundo, o mapeamento de possíveis elementos de privatização da política e da educação básica brasileira materializados a partir da atuação da rede. Os resultados do estudo destacaram a presença da rede e de suas instituições nos processos de produção, implementação, monitoramento, avaliação e validação da BNCC e da Reforma do Ensino Médio, configurado-as, sob a lógica da governança estatal, enquanto políticas consideradas validadas e, portanto, passíveis de serem replicadas no mercado nacional e internacional de políticas.

Palavras-chave: Política Educacional, Redes de Governança, Privatização Educacional, Movimento Pela Base Nacional Comum.

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui referenciada tomou como objeto de análise o Movimento Pela Base Nacional Comum (MPBNC), entidade criada no ano de 2013, a qual é composta por agentes e instituições ligados a instituições de natureza pública e privada, tendo por objetivo comum atuar na elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e, após a sua aprovação, em 2018, nos processos de implementação da BNCC em todo o território nacional (MPBNC, 2020).

No processo inicial de estruturação da pesquisa, fora realizada a caracterização do objeto analisado por meio do mapeamento dos agentes e entidades que atuaram na composição do movimento entre 2013 e 2020, assim como do histórico de sua fundação.

Neste percurso, foi possível definir sete grupos específicos de entes coletivos organizados no MPBNC, sendo eles entes ligados ao capital financeiro; entidades ligadas ao ramo comercial; entidades de natureza filantropocapitalista - caracterizadas por se constituírem enquanto braços sociais de grupos empresariais articulados a fundos de investimento, com vistas a obter retornos financeiros (ADRIÃO; PERONI, 2018, p. 51) - ; entidades de pesquisa privadas com expertise para produzir um conjunto amplo de soluções as quais se configuram enquanto produtos a serem vendidos no mercado educacional; entidades de pesquisa de origem pública; entidades e agências ligadas a órgãos governamentais; e, instituições ligadas ao capital de tipo midiático (FARIA, 2022, p. 33).

Segundo informações coletadas em sua página oficial (MPBNC; 2020), detectou-se a existência de conexões da rede analisada com um conjunto mais amplo de redes e instituições, sendo possível caracterizar a existência de uma comunidade política de governança (BALL, 2018), a qual a MPBNC integra e por meio da qual atua politicamente.

A partir dos documentos analisados, foi possível reconstituir a comunidade política de governança estatal brasileira composta pelo MPBNC, pelo Movimento Todos Pela Educação (TPE), pelo Movimento Colabora Educação (MCE) e pela Rede de Evidências (RE), ambas conexas entre si. Foi possível verificar a existência de um núcleo comum de instituições que conectam ambas as redes sendo este constituído pela Fundação Lemann, pelo Instituto Ayrton Senna, pelo Instituto Unibanco e pelo Banco Mundial.

Observada a existência destas redes e de sua atuação na política educacional brasileira, definiu-se como referencial de análise da pesquisa uma teorização combinada entre autores que dedicaram-se à caracterizar a governança estatal. Dentre os estudos encontrados, os desenvolvidos por Ball (2018) tomaram centralidade no delineamento do estudo aqui sintetizado. Segundo o autor, a governança estatal pode ser definida enquanto uma racionalidade na qual a política passa a ser “feita de novas maneiras, em novos espaços, por novos atores, e muitos desses novos espaços e atores são privados” (BALL, 2018, p. 1). Sob esta racionalidade, há uma hibridização de modelos de “governo-burocracias, mercados e redes” (BALL, 2018, p. 03) e, sob a existência de redes de governança conectadas entre si, forma-se uma comunidade política (BALL, 2018, p. 01) por meio da qual pode-se realizar

investimentos de capital de risco, possibilitando o compartilhamento de recursos e divisão dos riscos investidos nas instituições e redes (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 282).

A rede do MPBNC atua sob esta configuração marcada pela coexistência de modelos tradicionais de governo à racionalidade da governança estatal. Estas redes de governança, configuradas enquanto um investimento de capital de risco (BALL, 2018), passam a atuar técnica e politicamente sob a lógica reconfigurada do Estado, tomando-o enquanto uma entidade cuja função é a de produzir de novos mercados (CASTELLS, 1999; DARDOT; LAVAL, 2016). Neste sentido, na governança de Estado “os problemas tornam-se oportunidades de lucro. As soluções são pagas. Existe um mercado de soluções.” (BALL, 2018, p. 03).

Na pesquisa aqui destacada, as “soluções” educacionais veiculadas pela rede do MPBNC, são tanto políticas – passíveis de serem validadas e replicadas no mercado nacional e internacional de políticas - como também produtos de ordem variada - como serviços de assessoria técnica à estados e municípios, veiculação de ‘soluções’ técnicas e/ou tecnológicas elaboradas a partir da concepção educacional do MPBNC, entre outros -, os quais tiveram progressivo espaço de veiculação para os sistemas públicos de ensino a partir da aprovação da BNCC e da Reforma do Ensino Médio.

METODOLOGIA

A partir da caracterização da rede analisada fora elaborada a seguinte pergunta de pesquisa: como a governança estatal viabiliza a capacidade de privatização da política educacional por meio do Movimento Pela Base Nacional Comum e amplia o fenômeno de privatização da educação?

Utilizando-a como guia, foram organizados dois grupos específicos de fontes primárias, que originaram os dois corpus documentais que correspondem ao conteúdo de exposição deste estudo. O primeiro, foi coletado a partir da página eletrônica oficial do MPBNC, da qual foram selecionados documentos oficiais, artigos e matérias jornalísticas publicadas no período de 2013 a junho de 2020. O segundo, foi elaborado a partir da análise das normatizações oficiais produzidas pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Ministério da Educação no período de 2016 a 2018, ligadas diretamente à tarefa de regulamentar a implementação da Reforma do Ensino Médio e da BNCC, permitindo, na análise deste conjunto, mapear os agentes ligados a rede atuantes no processo de elaboração da política, assim como, a catalogação de técnicas políticas por eles utilizado para tornar seu projeto educacional particular, uma política de Estado dirigida a toda a sociedade brasileira.

Para análise do segundo corpus documental, utilizou-se como base os estudos de Shiroma, Campos e Garcia (2005) cuja orientação metodológica, inclui o necessário exame das versões preliminares aos textos oficiais; o estudo de textos complementares às políticas; a análise do contexto de influência em que os textos foram produzidos e a articulação de dados de nível macro e micropolítico inerentes a sua elaboração (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA,

2005, p. 434).

No percurso de realização do estudo, foi possível cruzar os dados encontrados nos dois corpus documentais, o que viabilizou o mapeamento da presença de agentes ligados ao MPBNC não apenas na elaboração das normatizações analisadas, mas também na implementação, monitoramento, avaliação e validação de ambas as políticas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

As análises viabilizaram traçar as atividades da rede analisada e, a partir da reconstituição de sua trajetória política, a ampliação do modelo de governança estatal brasileiro, verificando-se como uma de suas caracterizações, a relação de imbricamento entre o setor público e o privado no modo funcionamento da política educacional brasileira.

Desde sua criação o MPBNC já demonstrava tal característica, uma vez que sua fundação, realizada no seminário internacional realizado na Universidade de Yale, Estados Unidos (entre os dias 21 e 24 de abril de 2013) intitulado “Liderando Reformas Educacionais: fortalecendo o Brasil para o século XXI”, foi organizado e financiado pela Fundação Lemann (FL)^[1] (PERONI; CAETANO; LIMA, 2017). Tal evento, solicitado pelo governo brasileiro como sendo uma “Missão Oficial” através do Requerimento Oficial nº227/2013 feita por deputados de diferentes correntes políticas^[2], marca um das características da operacionalidade da lógica da governança estatal brasileira: a coalisão de classe e de partidos.

Compreendendo que os valores de seus agentes e instituições reverberam em práticas políticas e sínteses de linguagem utilizadas no processo de disputa de sua concepção educacional e de mercado, foi possível traçar, a partir da análise do conjunto de documentos coletados em página oficial, três principais valores-base que fundamentam as práticas políticas de seus agentes, interferindo deste modo, no *modus operandi* da política educacional brasileira.

O primeiro princípio valorativo mapeado, parte da compreensão de ser o Estado e suas instâncias de natureza pública, agências que podem ser geridas sob os mesmos princípios e sob as mesmas técnicas que a gestão de tipo empresarial. O segundo parte da crença de ser a padronização curricular alinhada a mensuração de testes em larga escala um sinônimo de excelência educacional. O terceiro valor, apoia-se na crença de que a gestão pública, ao ser realizada com a participação direta de agentes ligados ao setor privado, é tomada como sinônimo de qualidade e eficiência administrativa.

Além dos princípios valorativos destacados, foi possível mapear e categorizar os agentes ligados à rede e às instituições que a compõe situados em cargos estratégicos da política educacional brasileira como no Conselho Nacional de Educação (CNE) e em instâncias estratégicas de gestão da política educacional situadas no Ministério da Educação (MEC). A partir do cruzamento de dados das informações disponíveis na página oficial da

rede e o mapeamento das ações realizadas por seus agentes em instâncias estratégicas da política educacional brasileira, foi possível categorizar seis grupos de técnicas políticas desenvolvidos e/ou utilizados pelo MPBNC de elaboração de políticas; elaboração de consensos e alianças; implementação das políticas; gestão da política e da educação; gestão organizacional das redes; e validação de políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A entidade analisada neste estudo, tanto pela natureza de sua composição como por seu *modus operandi* de atuação na política educacional brasileira, materializada por meio de seus agentes e instituições de natureza pública e privada, o avanço de elementos de privatização tanto endógena como exógena da política e da educação básica brasileira.

A rede analisada, ao realizar articulações de Consenso por Filantropia (TARLAU; MOELER, 2020) ou seja, a capacidade de produção de coesão e consenso entre diferentes grupos e partidos de correntes políticas distintas, alcançou a condição de poder de atuar diretamente na elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e validação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e da Reforma do Ensino Médio. A pesquisa apontou ainda, que a rede analisada atua enquanto tensionadora da refuncionalização do Estado brasileiro, atribuindo a ele a lógica de tornar-se produtor de novos mercados educacionais.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; PERONI, V. **A formação das novas gerações como campo para os negócios?** In: B. ANPAE (Org.); A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. p.49–53, 2018.

BALL, S.. **Política Educacional Global: reforma e lucro**. In: Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos em Política Educativa (RELEPE). V. 3, p.1- 15, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília, 2023.

CASTELLS, M.. **A sociedade em rede**. Editora Paz e Terra, v. I, 13ª reimpressão. Tradução de Roneide Venâncio Majer com colaboração de Klauss Brandini Gerhardt.. São Paulo, 1999.

DARDOT, P.; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. 1ªed. Boitempo, São Paulo, 2016.

FARIA. C., G., M. de. **A privatização da política educacional brasileira: o papel do Movimento Pela Base Nacional Comum na ampliação do modelo de governança de Estado**. Tese de Doutorado. PPGE-UFPR. Curitiba, 2022.

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM. **Quem somos**. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/>>. Acesso em: 02/07/2020.

PERONI, V.; CAETANO, M., R.; LIMA, P. de. **Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 21, p. 415-432, jul./dez. 2017. Disponível em: . Acesso em: 10/04/2023.

SHIROMA, E., O.; CAMPOS, R., F.; GARCIA, R., M., C.. **Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos.** Revista Perspectiva, v. 23, n.2. Florianópolis, 2005.

TARLAU, R.; MOELLER, K.. **O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil.** Currículo sem Fronteiras, v. 20, n. 2. Disponível em: . maio/ago. 2020.

[1]

A influência da Fundação Lemann na estruturação da rede do MPBNC toma como referência a pesquisa produzida por Tarlau e Moeller (2020) a qual aponta a participação da fundação no financiamento de eventos e reuniões dirigidas à discussão da Base; realização de custeio de viagens e o pagamento de almoços aos secretários estaduais e municipais de educação; assim como sua participação direta no financiamento de traduções de documentos internacionais a serem tomados como referência de fundamentação para a elaboração do documento curricular nacional e assessorias técnicas realizadas por agentes estrangeiros como mecanismo de orientação à elaboração da política curricular brasileira materializada na BNCC (TARLAU; MOELLER, 2020, p. 576).

[2]

O seminário foi solicitado pelos deputados Alex Canziani (PTB/PR), Artur Bruno (PT/CE), Raul Henry (PMDB/PE), e as deputadas Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) e Dorinha S. Rezende (DEM/TO) (BRASIL, Requerimento 227/2013, 2013).